



**PARECER Nº 2820/25**

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA E DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, REL. DO TRABALHO, ASS. MUN. E DEFESA DO CONS. E CONTRIB.**

**Processo nº - 3029/25**

**Relator:** *Gabi Gonçalves*

**I – RELATÓRIO**

Vem a exame destas Comissões Conjuntas, por meio da Mensagem nº 161/2025, o Projeto de Lei nº 1834/25, de autoria do Chefe do Poder Executivo Estadual, que visa alterar a Tabela IV da Lei Estadual nº 4.418/1982.

A propositura tem como escopo principal a modernização das taxas de serviços do DETRAN/AL, promovendo a adequação à legislação federal (Código de Trânsito Brasileiro e Lei do Desmonte). Destaca-se, no texto, a política de isenção e redução de custos para as categorias de **Motofrete e Mototáxi**, a revogação da "Taxa de Deslocamento" e a criação de taxas específicas para regulação de empresas de desmonte e reciclagem de veículos.

A matéria tramita em regime de urgência, visando sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

É o breve relatório. Passamos a opinar.

**II – ANÁLISE E VOTO**

**1. Da Constitucionalidade e Legalidade (2ª Comissão)**

A iniciativa do Projeto de Lei encontra amparo na Constituição Estadual, sendo competência privativa do Governador do Estado legislar sobre matéria tributária e organização administrativa.

Não há vícios de inconstitucionalidade formal ou material. O projeto respeita estritamente o Princípio da Anterioridade Nonagesimal e de Exercício (art. 150, III, "b" e "c", da CF/88), uma vez que o Art. 6º do PL prevê a entrada em vigor apenas em 1º de janeiro de 2026, garantindo segurança jurídica ao contribuinte.

**2. Do Aspecto Financeiro e Orçamentário (3ª Comissão)**

Sob a ótica das finanças públicas, o projeto apresenta um equilíbrio fiscal responsável.

1) **Renúncia de Receita:** A isenção total da taxa de cursos para mototaxistas e a redução drástica das taxas de prova representam uma renúncia fiscal com forte caráter social.

2) **Compensação:** A perda de receita é compensada pela instituição de novas taxas de fiscalização, notadamente o credenciamento de empresas de desmonte e as vistorias de



veículos de grande porte.

### 3. Do Mérito Administrativo e Social (7ª Comissão)

No mérito, a proposição é de alto interesse público, pois moderniza a administração do trânsito e promove justiça social.

Para demonstrar a evolução normativa entre a legislação vigente (Lei 9.126/23) e a proposta atual, e justificar o voto favorável desta Comissão técnica, elaborou-se o seguinte demonstrativo de impacto nos serviços:

A análise do quadro acima evidencia que o projeto acerta em três eixos fundamentais:

1. Desoneração do Trabalhador: Zera custos de qualificação para mototaxistas, incentivando a formalização.

2. Simplificação Administrativa: Elimina a taxa de deslocamento, reduzindo a burocracia na ponta.

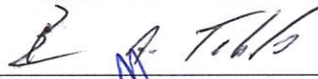


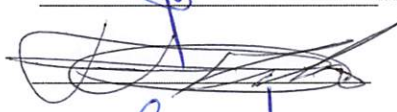
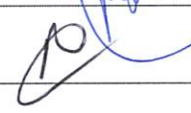
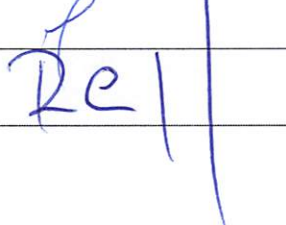

3. Segurança Pública: Cria o custeio necessário para a fiscalização de desmanches (Lei do Desmonte), vital para o combate ao roubo de veículos.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que a matéria atende aos requisitos constitucionais, orçamentários e de interesse público — conforme demonstrado no quadro técnico da 7ª Comissão —, as Comissões de Constituição e Justiça (2ª), Finanças (3ª) e Administração (7ª), em reunião conjunta, opinam pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1834/25, oriundo do Protocolo nº 3784/2025, com emenda em anexo.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 16 de dezembro de 2025.**

		
_____ PRESIDENTE	_____ RELATOR	_____ RELATOR
		_____ RELATOR
		_____ RELATOR





## EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 1834/25

### **ALTERA A TABELA IV DA LEI ESTADUAL Nº 4418, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1982, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:**

**Art. 1º** Considerando a Tabela IV da Lei Estadual Nº 4.418, de 27 de dezembro de 1982, que estabelece os valores dos serviços públicos, em Unidade Padrão Fiscal do Estado de Alagoas - UPFAL, prestados no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas - DETRAN/AL, nos itens e nomenclaturas constantes no Anexo da referida Lei.

**Art.2º** Com o objetivo de adequar-se à legislação em vigor ,ficam criadas ou alteradas, no âmbito do DETRAN/AL,as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia e da prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, relativas aos fatos geradores queconstam no Anexo Único.

**Art. 3º** Com objetivo de adequar os valores das taxas em razão da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.020, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025, da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.327, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025, e da PORTARIA SENATRAM Nº 927, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, ficam alteradas, com valor reduzido, as taxas:

- I –Exame de aptidão física e mental;
- II -Avaliação psicológica;
- III – 2ª Via Certificado – ATPV-e;
- IV – Alteração de Características de Veículos – Mototaxi;
- V - Alteração de Características de Veículos – Motofrete;
- VI - Alteração de Características de Veículos – Ciclomotores e Ciclo-Elétricos.

VII – Credenciamentos Diversos Área de Educação (24 meses)

Parágrafoúnico: Ficam isentas as taxas de Exame de aptidão física e mental, de Avaliação psicológica e 2ª Via Certificado – ATPV-e.

**Art. 4º** Com objetivo de adequar os valores das taxas em benefícios relacionados aos mototáxis e motofretes, bem como em razão da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.020, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025, da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.327, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025, e da PORTARIA SENATRAM Nº 927, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, ficam instituídas, com valor reduzido, as taxas:

- I - AlteraçãodedadosdeVeículos–Motofrete/Mototáxi;

f



II -Acessosacursosospeciais–Motofrete/Mototáxi;

II -Provateóricaparacursosospeciais–Motofrete;

IV.Provateóricaparacursosospeciais–Mototáxi.

Parágrafoúnico: Ficam isentas as taxas de acessos a cursos especiais – Motofrete/Mototáxi, de Provateóricaparacursosospeciais – Motofrete, de Provateórica para cursos especiais – Mototáxi.

**Art. 5º** Fica revogada a taxa de número 70 (Taxa de deslocamento para até 10 veículos), sendo absorvida pelas taxas de vistorias.

**Art.6º** As taxas instituídas ou alteradas nesta Lei serão cobradas conforme as alíquotas listadas e terão por base de cálculo o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado de Alagoas -UPFAL.

**Art.7º** Ficam revogadas, a partir da vigência desta Lei,as disposições contrárias.

**Art.8º** Esta Lei entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2026, observado, no que couber,o disposto no art. 150, incisoIII, alínea c, d aConstituiçãoFederal.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 16 de dezembro de 2025.**

Deputado **BRUNO TOLEDO**

**Líder do Bloco da Maioria**





**ANEXO ÚNICO**  
**PROJETO DE LEI Nº 1834/25**

COD	SERVIÇO	UPFAL
	GR1000-HAB(GRUPO DE RECEITA DE HABILITAÇÃO)	
1093	Avaliação Psicológica (Portaria SENATRAN Nº 927, de 12 de Dezembro de 2025)	0
1094	Exame de Aptidão Física e Mental (Portaria SENATRAN Nº 927, de 12 de Dezembro de 2025)	0
1098	Acessos a cursos especiais–Motofrete/Mototáxi	0
1099	Prova teórica para cursos especiais–Motofrete(Resolução CONTRAN Nº 1.020, de 1º de Dezembro de 2025)	0
1100	Prova teórica para cursos especiais–Mototáxi(Resolução CONTRAN Nº 1.020, de 1º de Dezembro de 2025)	0
	GR2000-VEI(GRUPO DE RECEITA DE VEÍCULOS)	
58	Vistoria externa	10
59	Vistoria no DETRAN	5,72
62	Vistoria Lacrada	10
70	Taxa de deslocamento para até 10 veículos (absorvida pelas taxas de vistoria)	0
2101	2ª Via ATPV-e	0
2108	Vistoria Externa de veículo de grande porte (de carga superior a 3,5 ton)	11
2109	Vistoria Lacrada de veículo de grande porte	11
2110	Vistoria no DETRAN de veículo de grande porte	6,7
2114	Alteração de Características de Veículos Mototáxi	1
2115	Alteração de Características de Veículos Motofrete	1
2116	Alteração de Características de Veículos Ciclomotor	1
2125	Alteração de dados de Veículos–Motofrete/Mototáxi	0,71
2126	Cancelamento de ATPV-e	1
2127	Licenciamento anual após o calendário	7
2128	1º emplacamento posterior a 30 dias da data da nota fiscal	9

8



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
DIRETORIA DAS DOMISSÕES TÉCNICAS  
COORDENADORIA GERAL PARA ASSUNTOS LEGISLATIVOS

2129	Certidãoderegularidadedeveículo	4,44
	GR4000-EN(GRUPODERECEITACREDENCIAMENTOS)	
4009	Credenciamentodeempresadedesmonte	1 1 1
4010	Revalidaçãoanualdeempresadedesmonte	25
4011	Acessoeusodaplataformadeatendimentoasempresascreden ciadas	0,4
4104	Credenciamentos Diversos Área de Educação (24 meses)	4

J